

Bird e BID podem liberar ajuda ao País

Ainda no governo Sarney, bancos devem emprestar US\$ 1,94 bilhão

PAULO SOTERO
Especial para o Estado

WASHINGTON — O Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) poderão, num cenário otimista, aprovar um total de US\$ 1,94 bilhão em empréstimos para projetos no Brasil ainda no governo Sarney. A liberação da maior parte desses recursos ocorrerá, contudo, no próximo governo. O Palácio do Planalto trabalha para que o presidente Sarney tire maior proveito político possível dos financiamentos dos organismos multilaterais. Durante a visita que fará às Nações Unidas, na próxima semana, Sarney deve assinar dois empréstimos já aprovados pelo BID: um de US\$ 100 milhões, para a melhoria da rede de água potável de Brasília, que foi concedido em dezembro de 1987 mas estava paralisado por diversas razões, e outro de US\$ 55,7 milhões, para um projeto de irrigação no Vale do Rio São Francisco, recentemente aprovado.

Estão na fila, no Banco Mundial, nove empréstimos, que somam US\$ 1,62 bilhão. No BID, que aprovou US\$ 177,6 milhões em dois empréstimos este ano, há três outros financiamentos engatilhados, num valor total de US\$ 320 milhões. Tanto num banco quanto noutro, os valores finais dos empréstimos podem variar para mais ou para menos, dependendo do que ocorrer até o final da negociação de cada um deles. No Bird, os técnicos calculam que as primeiras solicitações poderão ser submetidas à aprovação da diretoria executiva após a reunião anual da instituição, que acontecerá aqui na semana que vem.

O maior empréstimo da lista, de US\$ 375 milhões, está reservado para o setor elétrico e financiará a expansão da rede de transmissão da Eletrobrás, bem como medidas de conservação de energia. Há US\$ 300 milhões destinados a um projeto de recuperação e conservação da malha

rodoviária federal, US\$ 245 milhões para um plano intitulado "Inovações em Educação Básica", US\$ 195 milhões para mais uma fase do programa de irrigação do Nordeste e US\$ 225 milhões para o setor de saúde. O primeiro da lista, por ora, é um empréstimo de US\$ 47 milhões que apoiará a pesquisa agrícola, seguido de um financiamento de US\$ 100 milhões para o desenvolvimento municipal no Rio Grande do Sul.

Esta série de empréstimos representa uma reorientação do portfolio do Bird para o Brasil de volta ao financiamento de projetos de desenvolvimento, direção que o banco seguirá até o início da crise da dívida. Com a crise, o Bird passou a ter de conceder empréstimos maiores e de mais rápido desembolso. Batizados de empréstimos setoriais ou de ajustamento estrutural, a liberação desses financiamentos foi condicionada à execução, pelos países devedores, de reformas de política macroeconômica.

Esta abordagem tornou-se impraticável, porém, no caso brasileiro, diante da desorientação econômica que o País vive desde o colapso, por exemplo, do Plano Cruzado. No último ano fiscal do Bird, que se encerrou em 30 de junho, dois empréstimos setoriais deixaram de ser considerados: um deles, de US\$ 325 milhões, apoiaria um amplo programa de preservação ambiental; o outro, de US\$ 400 milhões, financiaria a primeira fase de uma reforma do setor financeiro. A consequência é que o banco acabou recebendo do Brasil, em amortizações, juros e taxas, US\$ 781 milhões a mais do que desembolsou no período de 1/7/1988 a 30/6/1989. A estimativa oficial do banco é que o fluxo de transferências negativas será da mesma magnitude em 1989. Voltar ao financiamento de projetos é, hoje, a forma de evitar que esse processo de transferências líquidas do País para o banco se agrave.

Com o BID, o Brasil tem três empréstimos em fase adiantada de negociação: US\$ 140 milhões para a terceira linha de transmissão de Itaipu, US\$ 80 milhões para rodovias no Ceará e US\$ 100 milhões para desenvolvimento rural do Paraná.